

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑOL

**O PAPEL DA CRECHE NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA
MATERNA: um TCC em três perguntas**

Jessica Pereira De Matos Melo

Diamantina
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

**O PAPEL DA CRECHE NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO
DA LÍNGUA MATERNA: um TCC em três perguntas**

Jessica Pereira de Matos Melo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como parte dos requisitos para a conclusão da Graduação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Perini-Santos

Diamantina
2022

**O PAPEL DA CRECHE NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO
DA LÍNGUA MATERNA: um TCC em três perguntas**

Jessica Pereira de Matos Melo

Orientador: Prof. Dr. Pedro Perini-Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como parte dos requisitos para a conclusão da Graduação.

APROVADO em / /

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Bárbara Carvalho Ferreira
UFVJM/Diamantina - membro

Profa. Dra. Simone de Paula dos Santos
UFVJM/Diamantina - membro

Prof. Dr. Pedro Perini-Santos
UFVJM/Diamantina - orientador

RESUMO

Esta pesquisa discute o papel da creche, como instituição de ensino infantil no processo de aquisição da língua materna e os efeitos da interação social no desenvolvimento linguístico infantil. O interesse pelo tema surgiu da necessidade de discutir o papel dos espaços de educação infantil destinados à primeira infância na formação social do infante, afim de voltar os olhos da sociedade para a luta pela melhoria desses espaços com o propósito de fornecer a criança uma oportunidade de desenvolvimento pleno e igualitário para todos aqueles que recorrerem a essas. O trabalho foi norteado por três perguntas que foram desenvolvidas para entender esses espaços sociais, sua histórica e seu papel na construção do ser social, foram elas: *O que fazem as crianças durante as horas que passam nas instituições infantis conhecidas como creches?; Para a aquisição da língua materna, o que é interação? e Por que a interação comunicativa extrafamiliar é tão importante.* Os capítulos foram desenvolvidos com o objetivo de responder essas perguntas.

Palavras-chave: creche; aquisição da língua materna; interação social; desenvolvimento infantil

RESUMEN

Esta investigación discute el papel de la guardería como institución de educación infantil en el proceso de adquisición de la lengua materna y los efectos de la interacción social en el desarrollo lingüístico de los niños. El interés por el tema surgió de la necesidad de discutir el papel de los espacios de educación inicial en la formación social del infante, con el fin de volver la mirada de la sociedad hacia la lucha por la mejora de estos espacios con el fin de brindarle al niño la oportunidad de pleno y equitativo desarrollo de todos los que las utilizan. El trabajo estuvo orientado por tres preguntas que se desarrollaron para comprender estos espacios sociales, su historia y su papel en la construcción del ser social, fueron: *¿Qué hacen los niños durante las horas que pasan en las instituciones infantiles conocidas como guarderías?; Para la adquisición de la lengua materna, ¿qué es la interacción? y Por qué la interacción comunicativa extrafamiliar es tan importante.* Los capítulos se desarrollaron con el objetivo de responder a estas preguntas.

Palabras clave: guardería; adquisición de la lengua materna; interacción social; desarrollo infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 SOBRE AS CRECHES E A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: O QUE FAZEM AS CRIANÇAS DURANTE AS HORAS QUE PASSAM NESSAS INSTITUIÇÕES INFANTIS?	9
2.1 Breve nota histórica sobre as creches no brasil e a participação no cotidiano das famílias brasileiras.....	9
2.2 Sobre a função das creches	12
2.3 O que fazem as crianças em seu dia a dia nas creches	15
2.3.1 Sobre a brincadeira	16
3 O QUE É INTERAÇÃO NA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA MATERNA?	20
3.1 A proposta interacionista e seu oposto	20
3.1.1 Visões opostas: breve nota	22
3.2 Como as crianças começam a interagir e a comunicar	23
3.2.1 O que se assume como linguagem infantil, finalmente?	24
4 POR QUE A INTERAÇÃO EXTRAFAMILIAR É TÃO IMPORTANTE?	26
4.1 Socialização e Desenvolvimento infantil	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo discutir o papel da creche no processo de aquisição da língua materna nos três primeiros anos de vida de crianças¹ autóctones monolíngues.

Como é conhecido, o desenvolvimento da linguagem e sua expressão oral ocorre durante a primeira infância, marcadamente entre 0 e 3 anos. Nesse período, a criança desenvolve suas habilidades de expressão e captação dos estímulos externos. Antes da produção de alguma forma linguística convencional os infantes já são capazes de se comunicar através de produções sonoras vocálica, dos choros e de gestos. Segundo Teixeira e Dickel (2013),

a linguagem é considerada a primeira forma de socialização da criança, pois é por meio dessa que ela se torna um ser falante. Essa capacidade que ela tem de produzir uma linguagem é a maior dentre o processo do desenvolvimento linguístico; por meio da linguagem, mesmo antes de aprender a falar, a criança tem acesso a valores, crenças e regras de sua cultura” (Teixeira; Dickel, 2013, p.53)

Esse processo acontece de forma natural através do contato da criança com seu núcleo familiar e, mais tarde, em contextos extrafamiliares, como a creche e a escola. No contexto do Brasil, a maioria dos pais e responsáveis saem de casa para trabalhar em turno integral. O contexto da necessidade do ensino infantil desde os primeiros anos de vida da criança é, portanto, comum e esse processo de desenvolvimento da linguagem em ambiente familiar acontece simultaneamente ao adquirido na creche. É na creche que a criança vai ter um maior contato comunicativo e lúdico extrafamiliar, que acontecem nessas instituições através das brincadeiras. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI),

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de as crianças, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. (BRASIL, 1998, p. 22)

O interesse pelo tema surgiu a partir do contato com crianças pequenas no contexto da creche e a partir da observação da importância desses ambientes de ensino no desenvolvimento da criança. Nos últimos dois anos, vivemos um período de afastamento social em decorrência do COVID-19. Neste contexto, crianças foram privadas do convívio social em seus primeiros

¹ O RCNEI (1998) conceitua criança como um ser humano, sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade com uma cultura própria em um determinado momento histórico. A criança é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca.

anos de vida. Surgiu então o questionamento sobre as consequências do afastamento social no processo de desenvolvimento social, psíquico e linguístico do infante.

Servido-me da expressão de Aristóteles, o ser humano é um ser social, e como tal, necessita da socialização com o meio em que está inserido no decorrer do seu desenvolvimento. A criança, como um pequeno cidadão munido de todos os direitos a ele concedidos, que está em processo de formação como indivíduo social, necessita desse contato social de forma crucial para o seu desenvolvimento.

O objetivo inicial era fazer uma pesquisa empírica sobre as consequências do afastamento social no processo de evolução infantil tendo a creche como espaço de pesquisa. Não foi possível em decorrência do prazo reduzido de pesquisa, impossibilitando a submissão do trabalho ao Comitê de Ética da Universidade. A partir de então surgiu o interesse por uma pesquisa teórica sobre a importância dessas instituições de ensino no processo de aquisição da língua materna e como a interação com o outro é crucial nesse desenvolvimento.

É extremamente importante o estudo sobre infância e linguagem. A primeira infância é o período em que a criança descobre o mundo e começa a compreender a sociedade, inseri-la em um espaço educacional que lhe dê toda possibilidade de um desenvolvimento pleno é de extrema relevância para contribuir no surgimento de indivíduos capazes de transformar a sociedade em um lugar melhor e mais inclusivo.

O intuito da pesquisa deste TCC, intitulado O papel da creche no processo de aquisição da língua materna: Um TCC em três perguntas, é discorrer sobre como ocorre esse processo e como são importantes o ensino infantil e a interação social desde os primeiros anos de vida da criança na aquisição da língua materna. Esta pesquisa se faz importante pois mostra como o processo de desenvolvimento infantil é gradual e interativo.

Este TCC é uma pesquisa de revisão conceitual bibliográfica e será organizado em torno de 3 perguntas, e cada uma delas constituirá um capítulo do texto que se segue. São elas:

1. O que fazem as crianças durante as horas que passam nas instituições infantis conhecidas como creches?
2. Para a aquisição da língua materna, o que é interação?
3. Por que a interação comunicativa extrafamiliar é tão importante?

2 SOBRE AS CRECHES E A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: O QUE FAZEM AS CRIANÇAS DURANTE AS HORAS QUE PASSAM NESSAS INSTITUIÇÕES INFANTIS?

Neste capítulo, abordaremos as concepções teóricas que subsidiam nossa pesquisa, afim de responder a primeira pergunta proposta.

O que fazem as crianças durante as horas que passam nas instituições infantis conhecidas como creches?

Explicaremos a função da creche e procuraremos caracterizar seu espaço como contribuinte no desenvolvimento integral da criança e como essa instituição se desenvolveu até chegar nos modelos como a conhecemos hoje. Ainda neste capítulo, faremos uma explanação sobre o dia a dia das creches e como a sua rotina contribui nessa formação.

2.1 Breve nota histórica sobre as creches no Brasil e a participação no cotidiano das famílias brasileiras

A concepção de creche como instituição educativa é recente na história do Brasil. O sistema das creches surgiu em um contexto de transformações socioeconômicas sob influência do modelo europeu de cuidado com a criança. Essa necessidade surgiu quando as mulheres, antes inseridas em um contexto de cuidadoras dos filhos e do lar, veem a necessidade de trabalhar fora para contribuir com a manutenção da família ou pelo desejo de ter uma formação profissional.

Oliveira (1988) faz um panorama da trajetória da implantação das creches no Brasil. Segundo a autora, a necessidade de um atendimento a crianças de pouca idade surgiu em diferentes países no decorrer do século XX quando houve um aumento da atividade industrial e conseqüentemente do fluxo de migração campo-cidade. Em uma sociedade patriarcal, em que a concepção prevalecente é a de que os únicos cuidados adequados para o desenvolvimento do bebê devem ser providos pela mãe no contexto da família, vemos um cenário de conflito, *onde deixar essas crianças? seria possível pensar em uma criação coletiva dessas crianças?*”. Oliveira (1988) prossegue e afirma que

todos esses pontos foram levantados porque torna-se instigante pensar a creche como contexto de desenvolvimento para a criança pequena, desde que, cada vez mais, mulheres de diferentes camadas sociais estão assumindo trabalho e outras atividades fora de casa, como o estudo e a participação na comunidade necessitando, portanto, de ajuda no cuidado e educação de seus filhos (OLIVEIRA, 1988, p.44)

Ainda de acordo com a autora, no Brasil do século XIX as creches eram ligadas às instituições religiosas assumindo um caráter de assistencialismo, onde eram amparadas crianças pobres e abandonadas. Segundo a autora, até hoje, essas concepções acerca do que é creche persistem.

Com a implantação de indústrias no país no final do século XIX, a necessidade de mão de obra feminina cresce no setor. Com isso, outras mulheres se propuseram a cuidar dos filhos das mães-operárias em troca de dinheiro. Em segunda, no início do século XX, com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Os sindicatos, paróquias e associações se organizam nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; entre essas, está a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Ao longo de muitas décadas, pouco se fez para garantir o direito de ensino para criança em seus primeiros anos de vida. Também pouco foi feito no sentido de prover assistência para as mães que precisavam deixar seus filhos para trabalhar. Foi com a Constituição de 1988 que o direito da criança e a educação como dever do Estado foram efetivamente reconhecidos. Isso se deu com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, a partir daí a criança recebe direitos de cidadão.

De acordo Nunes, Corsino e Didonet (2011, p.15), a Educação Infantil gratuita, que é direito de toda criança desde o nascimento, “vem-se tornando não só uma demanda cada vez mais expressiva, um objetivo explícito da política educacional e um dever dos organismos governamentais, mas também um claro empenho de organizações da sociedade civil”

Hoje, a creche não é mais uma instituição cujo objetivo principal é somente cuidar da criança, da sua alimentação e higiene como foi configurada anteriormente, mas tem como objetivo precípua o cuidado e a educação, sendo esses dois indissociáveis, constituindo parte da primeira fase da Educação Infantil. Apesar do estereótipo cultivado há décadas, a creche não mais desempenha prioritariamente a função assistencial. As famílias que mais usufruem desse espaço atualmente são aquelas que possuem uma condição financeira melhor em contraste com a finalidade com a qual essas instituições surgiram.

Segundo dados do IBGE Censo 2000 e do Pnad 2007 e Pnad 2008, trazidos por Nunes, Corsino e Didonet (2011), a média de crianças ingressantes no ensino Infantil em 2008 com

idade até seis anos era de 44,5%. Pode-se notar uma grande disparidade no número de ingressantes nas creches que atendiam 17,1% e a pré-escola 77,6%. Com isso, podemos ver que as creches, que não são obrigatórias nos anos iniciais de ensino, ainda atendem a uma parcela pequena da população em comparação com as Pré-Escolas.

O Brasil é reconhecidamente um país com uma grande desigualdade econômica. Essa desigualdade afeta de forma significativa a oferta e o acesso aos bens sociais de qualidade como a saúde e a educação, principalmente o acesso ao ensino ofertado na Educação Infantil. Ainda segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), apenas 10,8% das crianças atendidas se encontram na faixa de rendimento familiar mensal de até meio salário mínimo per capita, 18,7% de meio a um salário mínimo, 28,7% até dois salários mínimos, 32% entre dois e três salários mínimos e 43% das crianças possuem famílias cuja renda mensal per capita é maior que três salários mínimos.

De acordo com os dados do IBGE em 2008 ², 6.776.567 crianças entre 0 e 3 anos, que correspondem a primeira fase do Ensino Infantil, estavam fora da escola. Em relação ao início dos anos 2000, o acesso à Creche mais do que dobrou, porém, ainda é baixo para a faixa etária de até um ano.

No Brasil, as crianças matriculadas em creches representam de 35,7% dessa faixa etária populacional. As classes que estão acima dessa média são as crianças brancas, com 39,1% da matrículas, as ricas, com 51%, e as crianças da zona urbana com 38,4%. O acesso às creches é relativamente baixo na zona rural, com uma porcentagem inferior a 20,9%, e para as pessoas pobres, com 29,2% das matrículas. Em 2012, a região onde mais crianças estavam matriculadas era a região Sul, com 33,0%, seguida pela região Sudeste, com 29,8%, o Nordeste, 23,7%, o Centro Oeste, 22,6%, e, finalmente, a região Norte, com 11,3%. Em 2018, a região em que foi reconhecido o maior percentual de crianças matriculadas foi a região Sudeste com 42,5%. A menor porcentagem de crianças em creches foi mais uma vez da região Norte com 19,2%.

A partir desses dados, pode-se perceber como o Ensino Infantil nos primeiros anos ainda precisa de incentivo e de políticas públicas que garantam um ensino de qualidade o qual todos tenham acesso. Ainda é necessária uma política de conscientização de direitos, principalmente para cidadãos de baixa renda.

² Fonte: IBGE/Pnad, Continua Educação. Elaboração: Todos Pela Educação. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/educacao-infantil.html>

2.2 Sobre a função das creches

O direito a educação gratuita e de qualidade destinada a crianças nos primeiros anos de vida foi conquistado em um processo histórico lento. As creches no formato como são conhecidas hoje só vão começar a surgir com as leis propostas pelo Ministério da Educação a partir da Constituição de 1988. Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), é a partir de então que começa a haver uma compreensão maior da complementariedade do cuidado e da educação dada a uma criança.

Atualmente as creches são instituições cujos espaços são destinados a crianças na primeira infância, marcadamente entre 0 a 3 anos de idade. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), é que vai organizar a educação nacional. Ela visa garantir o ensino gratuito e de qualidade a todo indivíduo, reconhecendo a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica dividida em duas etapas. A primeira, que não é obrigatória, concerne as crianças de 0 a 3 anos de idade, ficando sob responsabilidade das creches o ensino a essa faixa etária, e a Pré-Escola que abrange crianças entre 4 e 5. O objetivo dessas instituições de ensino é promover o desenvolvimento físico, emocional, social, intelectual, da criança. A Lei nº 12.796, aprovada em 2013, presente na LDB, diz em seu artigo n. 29 que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”

A oferta do Ensino Infantil gratuito e de qualidade é direito da criança e dever do Estado. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança. A principal função da creche como instituição responsável pela primeira etapa da Educação Infantil é cuidar e educar. Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011)

O lugar da criança brasileira na política pública de educação é o de sujeito histórico, protagonista e cidadão com direito à educação a partir do nascimento, em estabelecimentos educacionais instituídos com a função de cuidar e educar como um único e indissociável ato promotor de seu desenvolvimento integral, de forma global e harmônica, nos aspectos físico, social, afetivo e cognitivo. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica a que todo cidadão brasileiro tem direito e que o Estado tem obrigação de garantir sem exceção nem discriminação. (NUNES et al., 2011, p.9)

Segundo os autores, “educar e cuidar são indissociáveis no processo de educação e no desenvolvimento integral da criança, [...] cuidando, se educa. Educando, se cuida. Impossível um sem o outro”. (NUNES et al. 2011, p.13). Os autores ainda afirmam que tudo que se faz

com cuidado transmite valores que são responsáveis pela formação da autoestima da criança e cria experiências que vão possibilitar a construção de sua visão de mundo, de si e do outro. Ainda em seu texto, os autores argumentam,

Ora, isso é, essencialmente, educação. Simultaneamente, avança-se na compreensão de que tudo o que se faz em educação é, na essência, um ato de cuidado, um olhar de zelo pelo bem-estar completo da criança, isto é, para que ela cresça sadia e seja feliz, o que implica se desenvolver física, social, emocional e intelectualmente. (NUNES et al., 2011, p.13)

Para Barbosa e Richter (2013), a creche tem uma função social que inicialmente reconhece o direito da mulher de trabalhar fornecendo à criança um espaço público de educação e socialização com outras crianças e adultos, além de seus familiares; uma função política ao ofertar à criança um início de vida com maior igualdade efetivada em uma instituição pública com o aporte de profissionais qualificados e uma função pedagógica na qual vai haver: a) uma preparação para a escolarização, b) um espaço de atenção às necessidades básicas da criança, c) a oferta de um percurso educativo que crie o contato com pessoas diferentes, vivências relativas aos diversos contextos culturais os quais ampliem sua visão de mundo em um local que instigue a aprendizagem.

A partir disso, pode-se perceber que, no decorrer da construção de sua história, as creches deixam de ter um caráter de assistência, de alimentação e de higiene infantil, dado que as mães não tinham onde deixá-los, e passam a objetivar o desenvolvimento integral da criança através da presença e da atuação da figura do professor como mediador entre a criança e os objetos de conhecimento, por meio do usufruto de espaços e situações que permitem essas articulações. Fizeram-se necessárias, a partir desse momento, leis e projetos que norteiam esses objetivos.

Após os direitos de cidadania concedidos com a Constituição de 1988, o Ministério da Educação publicou entre 1994 e 1996 uma série de documentos sob o título “Política Nacional de Educação Infantil” que, segundo Paschoal e Machado (2009, p. 9), “estabeleceram as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino”. Ainda segundo Paschoal e Machado (2009), os documentos intentam fornecer:

1. critérios de organização e funcionamento interno que respeite os direitos da criança;
2. políticas de formação profissional que afirme a necessidade de profissionais qualificados para atuar nas instituições de Educação Infantil;

3. propostas pedagógicas e currículo na educação infantil que garantam uma melhor organização dos professores nas instituições de Educação Infantil.

Com a necessidade de uma atenção maior a esse público outros documentos também surgem e se estabelecem como garantia legal do ensino de qualidade nos anos iniciais como o “Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil” (RCNEI), que se tornou um dos documentos mais importantes para a Educação Infantil. Ele tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino com foco nas práticas pedagógicas e qualificação de professores afim de apontar metas que contribuam para o desenvolvimento integral da criança em um ambiente que propicie socialização e conhecimento da realidade social e cultural.

Essa lei é embasada nos seguintes princípios: o respeito à dignidade e aos direitos da criança; o direito a brincar, como forma particular de expressão e comunicação; o acesso aos bens socioculturais; a socialização por meio da inserção em práticas sociais e o atendimento aos cuidados associados à sobrevivência e o desenvolvimento da identidade da criança.

De acordo com o RCNEI (1998), educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagens orientadas que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros para que haja a aceitação, respeito e confiança assim como o acesso dessas crianças aos diversos conhecimentos em esferas sociais e culturais. Nesse processo, a educação vem auxiliar no desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento de suas próprias potencialidades corporais, afetivas, emocionais, éticas a fim de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis e o cuidado é parte integrante da educação pois,

o desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (BRASIL,1998, p. 24)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) complementa as diretrizes do ensino nessa faixa etária determinando os direitos de aprendizagem da criança. São eles: 1- conviver, 2- brincar, 3- explorar, 4- participar, 5- expressar-se e 6- conhecer-se. Esses direitos têm como objetivo assegurar situações de aprendizagem em que a criança possa desempenhar um papel ativo em ambientes com desafios que a provoque a resolvê-los com o objetivo de construir significados sobre si e o outro, sobre o mundo social e o natural. Observando o referido documento, vemos a importância da interação por meio da brincadeira no desenvolvimento da

criança nessa primeira etapa da educação. A brincadeira desenvolve a linguagem e a imaginação. A brincadeira apresenta também para a criança possibilidades que contribuem em seu desenvolvimento psíquico nas trocas de interação com outras crianças. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil–RCNEI (BRASIL, 1998),

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores (BRASIL,1998, p.11)

A partir das leis criadas, pode-se inferir que as creches se tornaram instituições importantes na formação integral da criança na primeira infância. As dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino brasileiro não impedem que sejam obtidos avanços nas práticas pedagógicas e políticas públicas destinadas a essas instituições.

2.3 O que fazem as crianças em seu dia a dia nas creches

O principal objetivo das instituições de ensino que atendem crianças na primeira Infância é cuidar e educar, de maneira indissociável, segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011). Por atender as crianças que ainda são muito pequenas e estão começando a se comunicar por meio da linguagem verbal ainda é necessário o cuidado com alimentação e com a higiene em horários pontuais. Essas práticas, no entanto, não são comuns nas pré-escolas na qual são atendidas crianças maiores e com maior autonomia.

A rotina é a primeira coisa que faz parte do dia a dia das crianças nas creches e é por meio dela que são desenvolvidos os trabalhos dos professores e colaboradores. A rotina nas instituições de ensino infantil é crucial nessa fase da vida da criança. Mostra-se essencial, segundo Bilória e Metzner (2013), para o ensino de valores, comportamentos e para o desenvolvimento pleno da criança. É nesse período que se criam junto ao público infantil segurança, controle emocional, concentração, organização, entre outras habilidades.

Além das atividades programadas fornecerem uma educação mais ampla e de qualidade, Bilória e Metzner (2013) apontam que as dinâmicas nas creches devem contar com a participação ativa das crianças garantindo a elas a construção de noções de tempo e de espaço que lhes permita a compreensão de como são organizadas determinadas situações. Essa habilidade lhes permite acesso a ricas interações sociais. Assim, a rotina é importante para um

ensino fluido e que vá atender às necessidades da criança de forma satisfatória. Segundo Barbosa (2006),

A rotina é compreendida como uma categoria pedagógica da Educação Infantil que opera como uma estrutura básica organizadora da vida cotidiana diária em certo tipo de espaço social, creches ou pré-escola. Devem fazer parte da rotina todas as atividades recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, mas nem por isso precisam ser repetitivas. (*apud* BILÓRIA E METZNER, 2013 p. 5).

Bilória e Metzner (2013) trazem algumas das atividades que fazem parte da rotina nas creches, entre elas estão:

- Hora da roda- momento em que a criança é recebida logo após a chegada na creche, é o momento que a criança está mais insegura, pois não tem uma figura da família presente e acolher a criança nesse momento é superimportante.
- Horas das atividades- momento que é proposto o conteúdo preparado, que pode ser desenvolvido de forma coletiva ou individual e em diferentes ambientes.
- Hora do lanche- momento importante para a saúde e desenvolvimento físico da criança, além de ser um momento educativo pois permite a relação entre as crianças e a autonomia destas.
- Hora da higiene- crianças muito pequenas ainda precisam de ajuda no processo de higiene, em crianças maiores ajuda na compreensão da importância da higiene.
- Hora da brincadeira- presente em vários documentos e leis referentes a educação infantil, a brincadeira é muito importante no processo de desenvolvimento da criança, pois permite a convivência e troca de experiências, ajuda a aprender a compartilhar e respeitar, além de contribuir para o desenvolvimento linguístico.
- Hora do Sono: momento importante no desenvolvimento físico da criança.

E aqui entra a brincadeira na vida institucional das crianças.

2.3.1 Sobre a brincadeira

A brincadeira é crucial nessa fase da vida infantil e um direito da criança, segundo a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, capítulo II, art. 16, inc. IV. Ela faz parte da rotina das creches. Segundo Pinto (2016), a principal forma de aprendizagem da criança ocorre através da brincadeira, usando todas as formas possíveis: música, arte, danças, etc. Para Vygotsky (1987),

segundo a interpretação da autora acima aludida, brincar em um ambiente estável, com uma rotina estruturada, com brinquedos disponíveis e com a interação com adultos e outras crianças, possibilita a construção e recriação de significados. O psicólogo vai dizer ainda que a brincadeira comporta situações criadas pela criança que satisfazem seus desejos que até então são impossíveis para a sua realidade

A partir do momento que se entende a importância da brincadeira ela “passa a ser compreendida como educação, passando a ser considerado um potente veículo de aprendizagem, pois permite vivenciar a aprendizagem como um processo social.” (LORO, 2015, p.9), e não somente como um momento de descontração da criança.

De acordo com o RCNEI (1998), a brincadeira é uma parte essencial para o desenvolvimento da criança, que estimula o desenvolvimento cognitivo, criativo, social e linguístico. Criativo, destaca, pois a brincadeira mantém vínculo com a imaginação e com a linguagem simbólica, ou seja, é preciso haver consciência da diferença entre a brincadeira e a realidade que forneceu conteúdo para a realização. Portanto brincar “é imaginação em ação” (FRIEDMANN, 1996). Nesse sentido, toda brincadeira é uma imitação transformada da realidade, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. Assim, “Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando.” (BRASIL, 1998, p.27).

De acordo com Vygotsky (1987),

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. (*apud* LORO, 2015, p. 14)

Por meio da imaginação a criança consegue modificar o significado de qualquer objeto e transformá-lo em um brinquedo,

Para a criança nada é mais importante do que os brinquedos, pois estes proporcionam um mundo do tamanho de sua imaginação. Para que uma criança se torne um adulto saudável e bem ajustado é necessário que seu corpo esteja constantemente ativo, sua mente alerta e curiosa, seu ambiente dotado de materiais atrativos e sua inter-relação com as outras pessoas se efetive de modo natural e efetivamente bem estruturado. (SANTOS; CRUZ, 2010, p. 68).

Segundo Loro (2015), o brinquedo é a essência da infância e através de seu uso nas creches como material pedagógico resulta na produção de conhecimento. O professor tem o papel de “guardião do brincar”

“Nesse sentido é necessário que os professores sejam favoráveis ao lúdico, pois do contrário a escolarização infantil perderá a sua principal característica. O lúdico proporciona informações valiosas dos seus alunos, bem como os estimula à criatividade, autonomia, interação com as outras crianças, a construir um raciocínio lógico, a formar representações de mundo e de emoções, enfim, auxilia na compreensão do universo infantil.” (LORO, 2015, p.9)

Segundo Machado (2003), o brinquedo pode ser qualquer objeto que se transforma a partir da interpretação da criança. O brinquedo não determina a brincadeira, mas a brincadeira que define o brinquedo, e o transforma, e este assume a realidade estipulada pela criança de acordo com sua maneira de pensar.

A brincadeira deve ser livre dando a possibilidade à criação da criança, porém ela não é abstraída de regras, diz Vygotsky (1991). A atividade lúdica vai dizer que esse brincar é livre, porém constituído de regras, e é essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança, dado que nela experienciam-se processos de simbolização e representação que levam ao pensamento abstrato.

De acordo com o RCNEI (1998), ao adotar outros papéis na brincadeira, a criança age frente a realidade não literal, substituindo suas ações pelas ações do papel assumido. Através da brincadeira a criança exercita sua criatividade para resolver diversas situações e sua auto-estima frente as dificuldades a ela imposta, além de desenvolver o papel social da criança, “brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.” (BRASIL, 1998, p.27). Ainda de acordo com o RCNEI, a brincadeira cria um espaço no qual a criança experimenta o mundo e internaliza uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.

A brincadeira, além de estimular o desenvolvimento cognitivo, criativo e social, contribui também para o desenvolvimento da linguagem da criança, pois é um espaço rico em comunicação e interação.

Assim, incorporar a brincadeira no contexto da creche é de grande valia pois possibilita o processo de desenvolvimento pleno no período em que a criança tem maior plasticidade para de incorporar o que lhe é proposto. Segundo Loro (2015), utilizar o brinquedo como material pedagógico resulta em produção de conhecimento. A autora adiciona que é necessário que os professores sejam favoráveis ao lúdico pois sem ele a escolarização infantil perde sua principal característica,

o lúdico proporciona informações valiosas dos seus alunos, bem como os estimula à criatividade, autonomia, interação com as outras crianças, a construir um raciocínio lógico, a formar representações de mundo e de emoções, enfim, auxilia na compreensão do universo infantil. (LORO, 2015, p.9)

De acordo com Bomtempo (1997), conforme vai citar Cardozzo e Vieira (2007), é necessário que os professores estejam capacitados e conscientes do papel da brincadeira no processo de aprendizagem da criança. É necessário, portanto, que o professor observe a criança afim de montar uma estratégia que facilite sua aprendizagem, pois observar os alunos faz com que o professor os conheça.

3 O QUE É INTERAÇÃO NA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA MATERNA?

Neste capítulo faremos a análise das principais teorias que tratam a Aquisição da Língua Materna (LM) com um destaque a proposta de interação social na qual se baseia nossa pesquisa. O objetivo deste capítulo é responder à segunda pergunta neste trabalho

Para a aquisição da língua materna, o que é interação?

Também será explanado o modo como a criança começa a interagir e a comunicar afim de contribuir para o entendimento do papel da creche nesse processo.

3.1 A proposta interacionista e seu oposto

A sociedade e a linguagem são inter-relacionadas. Não podem ser analisadas separadamente. A língua como um elemento fundamental para a relação entre os seres humanos desempenha um papel de suma importância no conhecimento dessa interlocução com e na sociedade. É por meio da LM, se esta for o seu vernáculo, que o indivíduo se comunica e estabelece suas primeiras relações com os demais indivíduos da sociedade.

A teoria que vai tratar a aquisição da língua materna com o viés da interação social, no qual se baseia essa pesquisa, é o Interacionismo. Esta é a teoria psicolinguística que investiga o papel da interação social no desenvolvimento do indivíduo durante o processo de aquisição da linguagem. Vygotsky (1991) é seu precursor. Segundo o psicólogo, a construção do conhecimento é feita por meio das trocas sociais, ou seja, o processo de aprendizagem ocorre através de um processo interno e interpessoal no qual o sujeito interage ativamente com o meio e o modifica em função desta ação.

É importante pensar no contato social como vetor de transformação. O indivíduo, desde o seu nascimento, está inserido em ambientes sociais carregados de significados e possíveis aprendizagens. Cada um deles carrega um conhecimento que é potencializado pelas interações. Os indivíduos, sobretudo as crianças, incorporam as novas informações e conhecimentos nos momentos de interação social.

Segundo Figueiredo (2004), a corrente interacionista sustenta que a língua não é simplesmente uma forma de comportamento natural ou inato, mas ocorre por meio de um processo histórico e cultural; é através da interação com a comunidade que ocorre o desenvolvimento da criança. Figueiredo aponta que, em Vygotsky,

... a língua materna é vista como um produto da atividade social, determinado cultural e historicamente e em um processo de interação das crianças com os membros da comunidade. Ela não é uma forma de comportamento, nem tampouco uma faculdade inata, que capacita as crianças a adquirir somente a competência linguística. (FIGUEIREDO, 2004, p. 24).

Na perspectiva interacionista, fala-se sobre a importância das relações sociais no desenvolvimento do indivíduo. Dado que a criança é um ser social, essa é influenciada pelo meio em que está inserido. Ainda em Vygotsky, “o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação” (RABELLO E PASSOS, 2010, p. 4). Sena *et al* (2020), interpretam o russo de forma semelhante. Segundo elas, o desenvolvimento da linguagem é constituído através da relação social e se estabelece nas trocas comunicativas entre criança e adulto. Nessas interações, a criança assume o papel de sujeito no desenvolvimento de habilidade linguística.

Isso posto, as creches são espaços de convivência que fornecem à criança ambiente convival propício para a efetivação dessas relações interpessoais. Nessas instituições, a criança participa de contextos de aprendizagem através da rotina que participa e do contato com crianças de sua idade. Esse é, vale ressaltar, o pressuposto da teoria Interacionista,

O interacionismo social parte do pressuposto de que o indivíduo interage ativamente com o meio em que vive, influenciando-o e sendo influenciado por este, em função de sua ação. Desse modo, podemos constatar que, toda ação da criança é significada pela interação com os seus pares, com o adulto e com os objetos a sua volta, ocorrendo, igualmente, durante a aquisição da linguagem. E o ambiente da creche, portanto, se caracteriza como espaço relevante nesse processo. (SENA *et al*, 2020, P.8)

As autoras vão dizer também que é através dessas relações sociais que a criança tem acesso ao mundo físico e social, o que, associado ao uso da linguagem, possibilita que ela se reconheça como sujeito. De acordo com Del Ré (2006), “o interacionismo social propõe que a criança não seja apenas um aprendiz, passivo, mas um sujeito que constrói seu conhecimento (mundo e linguagem) pela mediação do outro” (*apud* Sena *et al*, 2020 p. 8).

Outro autor que também trata a interação social como forma importante na aquisição de conhecimento é Piaget. Segundo Pinto (2016), para Piaget

o conhecimento se dá na interação do sujeito com o meio em que está inserido e afirma em sua teoria que o pensamento é prioridade no processo de desenvolvimento do indivíduo que está ligado às estruturas do ser humano e pode ser resumido como estruturas físicas, biológicas e psíquicas, assumindo a função de desenvolver a identidade e autonomia, proporcionar segurança, interação e conhecimento de mundo

e, da mesma forma acontece com o desenvolvimento da linguagem, que também acontece a partir das interações.” (p. 6)

Os indivíduos são habilitados com capacidades de compreender e transformar a si mesmos e o ambiente em que estão inseridos, diz o suíço; e isso ocorre através de sua interação com o meio. O que o difere de Vygotsky é que “Piaget refere-se ao meio como condição para o desenvolvimento cognitivo, mas centraliza sua explicação nos mecanismos de coordenação entre as ações da criança sobre o mundo, dando pouca importância à intervenção social.” (SOARES, 2006, p.2)

3.1.1 Visões opostas: breve nota

As principais teorias que se opõem ao interacionismo no processo de aquisição da LM são as teorias Behaviorista, que tem como expoentes Bloomfield (1993) e Skinner (1957), e a teoria Inatista, com Chomsky (1959).

A teoria Behaviorista propõe que o processo de Aquisição da Língua não está ligado à interação do indivíduo com o outro. Essa proposta parte do pressuposto de que o processo de aquisição da LM ocorre por meio de uma cadeia de estímulo-resposta-consequência e formação de hábitos. Na prática, é dado um estímulo à criança e ela fornece respostas. Dependendo da resposta, a criança recebe um reforço positivo ou negativo. O reforço positivo contribui no processo de aquisição da LM pois a criança associa a resposta por ela dada à recompensa recebida. Quando, por exemplo, uma criança vê a comida, que é uma forma de estímulo, e diz “papá”, e o adulto lhe dá a comida, isso será um reforço positivo e ela associará “papá” a ser alimentada. Cria-se uma unidade de significado.

Santos (2002) vai dizer que um dos problemas encontrados na teoria Behaviorista é que essa considera somente os fatos observáveis da língua e não se preocupa com a existência de um componente de estruturação e de organização, ou seja, como essa inter-relação contribui na construção gramatical da língua?

A segunda teoria, diametralmente oposta ao Interacionismo, é o inatismo. Figueiredo (2004) afirma que ao contestar a visão behaviorista, Chomsky apresenta a sua visão do pressuposto inatista. Chomsky vai dizer que o indivíduo já nasce com uma capacidade de aprendizagem linguística, ou seja, ela lhe é biologicamente inata. O autor sustenta que a criança nasce com os dispositivos mentais responsáveis pela linguagem e estes podem ser ativados por estímulos, mesmo se restritos, quando a criança tem acesso as palavras ou frases. A criança gera linguagem. Esse argumento conhecido como “argumento da pobreza de estímulo” é a

explicação inatista para explicar como crianças pequenas compreendem e produzem frases complexas (Santos, 2018)

Segundo essa teoria gerativista, a criança nasce com uma Gramática dita Universal (GU) que contém todas as regras paramentais da gramática de todas as línguas existentes em sua estrutura sintática, o que permite ao indivíduo adquirir qualquer língua e através de um dispositivo mental chamado Dispositivo de Aquisição da Linguagem (DAL). O DAL é acionado através do input recebido, como foi aludido, mesmo se esse for reduzido.

3.2 Como as crianças começam a interagir e a comunicar

A sociedade se organiza através da comunicação. O ser humano precisa da comunicação para sobreviver, para trocar informações, para exercer suas funções simbólicas. Sendo assim, podemos reconhecer na comunicação a capacidade que a criança tem, desde o seu nascimento, para interagir com o outro a fim de chegar a um objetivo. Esse sistema de comunicação envolve aspectos biológicos, sociais, cognitivos e linguísticos. Para Bordenave (1982, p. 36), a comunicação “serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia”. Para Pinto (2016),

O objetivo da comunicação é transmitir uma mensagem para alguém. Para que a comunicação ocorra é necessário que haja um emissor, que vai transmitir a mensagem e um destinatário, que receberá a mensagem. A mensagem é o objeto de comunicação entre o emissor e o receptor, que passa as informações desejadas com as diferentes formas de percepção, através dos sentidos. (PINTO, 2016, p. 4)

O infante passa por uma série de desenvolvimentos intensos no decorrer dos primeiros anos. Um desses é o desenvolvimento da linguagem. O desenvolvimento da compreensão e da expressões orais ocorrem durante a primeira infância. É nesse período que se desenvolvem gradualmente suas habilidades expressivas. É também nesse período que especifica-se sua destreza para captar os estímulos linguísticos de sua LM .

Segundo Pinto (2016), até os três anos a criança está mais propensa à aprendizagem de aspectos essenciais de sua expressão e compreensão. Até essa idade, diz, o cérebro da criança está em desenvolvimento ótimo, é plástico e modifica a todo momento com as experiências vivenciadas ou observadas e tem importantes taxas de liberação de dopamina³. Isso não implica que não haja aprendizagem da LM após esta idade.

³ Neurotransmissor que opera no sistema nervoso central humano que gera satisfação corporal.

A criança usa formas de comunicação convencionlizadas ou não convencionlizadas para transmitir sentimentos, desejos e sensações. Através da interpretação do choro infantil, recurso peri-verbal, por exemplo, a mãe consegue identificar se o filho está com fome ou com dor, através de gestos, é possível identificar se pede alguma coisa. Podemos entender que o desenvolvimento da linguagem acontece de forma gradual e se aperfeiçoa através do convívio com outras pessoas.

3.2.1 O que se assume como linguagem infantil, finalmente?

A linguagem é um processo amplo de interação e comunicação. É um sistema pelo qual o ser humano dialoga com o outro. Manifesta vontades, sentimentos, ideias, observações. A linguagem pode ser verbal, formada por palavras, não verbal, formada por gestos, imagens, desenhos. Essa habilidade pode ser simbolizada através dos sons, gestos, expressões faciais associadas entre si em formas comunicativas multifacetadas.

É importante diferenciar esses elementos. Antes da criança desenvolver a sua habilidade de fala convencional complexa, ela já se comunica através de gestos e sons. Cairuga, Castro e Costa (2014)) vão dizer que “A comunicação inicial dá-se pelo choro, sorriso, grito, bocejo, gemido, etc., basicamente relacionados a reações fisiológicas do bebê.” (*apud PINTO, 2016, p. 7*)

O desenvolvimento verbal, de fato, ocorre durante outras etapas do processo de aquisição da LM. Novamente segundo Pinto (2016), a linguagem da criança não é simplesmente a fala, mas compreende em todos os processos de comunicação.

A aquisição da língua é o processo que criança passa para aprender a LM. Pode-se conceituar como língua materna aquela que é falada no país em que a criança nasceu e a qual a criança vai ter maior dominação. Para Spinassé (2006), a língua materna, que, pelo adjetivo, caracteriza origem, faz parte da formação do conhecimento de mundo do indivíduo. A partir da sua união com a competência linguística se adquirem valores pessoais e sociais. Durante o primeiro ano de vida, o tempo de interação entre criança e adulto ocorre prioritariamente com a mãe. (cf. Perini-Santos et al, 2019).

O tempo de desenvolvimento é diferente em cada criança e deve ser respeitado. Segundo Tristão (2005), cabe ao adulto estar atento ao que a criança indica por meio de suas manifestações e reações se alfabetizando na linguagem dos bebês afim de melhor atendê-los e ouvi-los. De acordo com a autora, essas são atitudes essenciais para quem trabalha com crianças pequenas.

De acordo com a pesquisa de Pinto (2016), durante a aquisição da LM, a criança passa por uma série de etapas. Ao nascer inicia-se o estágio pré linguístico ou instintivo onde a criança já identifica as vozes ao seu redor. Com 3 a 4 meses a criança balbucia e identifica sons através do olhar e do sorriso; com 6 meses a criança produz sons, até então sem sentido; com 10 meses a criança usa a imitação de sons e gestos para conseguir algo; dos 10 aos 12 meses inicia o estágio linguístico em que surgem as primeiras palavras (mamã, papã) e palavras-frase. Nessa fase há uma maturação do aparelho fonador. Nesse momento “O adulto é quem deve interpretar estas situações a partir do contexto, nomeando os objetos, narrando as situações, auxiliando a criança a se comunicar cada vez mais de forma a ser compreendida.” (Pinto ,2016, p.8).

A partir desse estágio linguístico, entre 18 e 24 meses, a criança tem um desenvolvimento do vocabulário rápido e crescente. Com 18 meses ela já apresenta um sistema mental de representação de sons e fala cerca de 20 e entende cerca de 50 palavras. A partir dos dois anos já compreende regras gramaticais e identificam a língua como forma de comunicação social, já consegue reunir palavras em frases curtas e tem em seu vocabulário cerca de 100 a 500 palavras. Segundo Pinto (2016),

Aproximadamente aos dois anos de idade, a criança inicia o simbolismo, que é a forma como demonstra sua visão de mundo, fazendo imitações do que vivencia e expressando suas emoções, bem como aprendizagens, através das brincadeiras em diferentes situações [...] Logo, chega um momento onde a própria criança se vê como participante de uma família e de um grupo social, compreendendo a função social da linguagem, principalmente a linguagem verbal e utilizando-a de forma muito eficiente, curiosa sincera, por volta dos dois anos e meio aos três anos de idade. (PINTO, 2016, p. 2)

A partir dos três anos a criança já tem em seu vocabulário entre 500 e 1000 palavras e a partir dessa idade ela já domina a fala, se idêntica na primeira pessoa, nomeia objetos e demonstra muita curiosidade sobre as coisas. O autor destaca a importância da interação do adulto com a criança nessa fase, pois a partir dela há a construção de sentido e a percepção por parte do infante, da necessidade da comunicação. Nesse contato entre adulto e criança, surge o desejo infantil de expressar por meio da linguagem verbal. Se antes eles expressavam as necessidades através de gestos ou outros “A partir do momento que começam a organizar intencionalmente a fala, os gestos passam a funcionar com um acessório, não mais como linguagem principal pela qual se comunicam e aprendem sobre si e sobre o mundo (PINTO, 2016, p. 9)

É nessa primeira fase de desenvolvimento que a criança vai estar inserida na creche e a partir da interação com outros colegas e os desafios propostos pelo professor que ele vai desenvolver essas habilidades.

4 POR QUE A INTERAÇÃO EXTRAFAMILIAR É TÃO IMPORTANTE?

Neste capítulo abordaremos a importância da interação extrafamiliar no desenvolvimento da criança, os pontos positivos nessa interação e como as creches contribuem para isso. Falaremos também do papel da família nesse processo. Por fim discutiremos os pontos que podem melhorar para que as creches possam oferecer um ensino de qualidade para crianças pequenas.

4.1 Socialização e Desenvolvimento infantil

O ambiente familiar é um espaço que contribui diretamente para o desenvolvimento da criança. Nesse ambiente, a criança vive suas primeiras experiências de aprendizagem e é onde ocorrem suas primeiras relações interpessoais. Para Szymanski (2004), é na família que a criança tem contato com os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir, isso “se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária.” (SZYMANSKI, 2004, p.3). A autora prossegue dizendo que ao nascer a criança se depara com uma sociedade organizada segundo seus parâmetros, e a família introduz a criança nessa sociedade segundo seus próprios costumes, hábitos, valores, mitos e formas de interpretar o mundo que definem sua subjetividade.

De acordo com o RCNEI (1998), através da família, a criança tem um primeiro contato com a sociedade e com o modo como ela funciona, ou seja, ela tem na família, biológica ou não, um ponto de referencia fundamental, apesar da multiplicidade de relações que ela estabelece com outras instituições sociais. Com isso, reconhece-se a importância da família no desenvolvimento físico, emocional, psíquico, moral e social da criança.

Um dos intuitos dessa proposta de pesquisa é mostrar a importância dos ambientes extrafamiliares concomitantes ao papel da família no desenvolvimento infantil. A interação da criança com o meio em que está inserida, familiar e extrafamiliar, nesse caso representado pelas instituições de ensino, é agente desse desenvolvimento.

A interação extrafamiliar possibilita a criança expandir seu conhecimento antes limitado a esfera familiar e é na creche onde ocorre o primeiro contato da criança com o mundo. O contato com o outro, com o “diferente” é o primeiro ponto importante da interação fora desse contexto. A partir da socialização o indivíduo constrói sua própria concepção de mundo além

daquela apresentada no âmbito da família. Ela permite transformar e expandir a realidade da criança possibilitando ao infante viver novas experiências, desenvolvendo seu próprio ponto de vista em relação as diferentes realidades sociais, além de desenvolver sua autonomia como indivíduo. De acordo com Branco e Pinto (2009), as interações sociais construtivas e cooperativas possuem o potencial de promover a aprendizagem eficiente de habilidades e conteúdos, bem como a empatia e o respeito que são fundamentais para o desenvolvimento moral do indivíduo.

Segundo Palacios (1995), citado por Borsa (2007), a socialização ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização, que correspondem aos conhecimentos de valores, normas, costumes e a aprendizagem da linguagem e aquisição de conhecimentos educacionais; os processos afetivos de socialização, responsáveis pela empatia, pelo apego e amizade, e os processos condutais de socialização nos quais se baseiam as condutas sociais.

Partindo disso, o processo de socialização permite um desenvolvimento pleno da criança, na qual, ela aprende o permitido e o proibido, o adequado e o inadequado, ou seja, os valores morais que regem a sociedade. Esse processo acontece através da construção e interiorização desses valores. Ainda de acordo com Palacios (1995), a entrada e o percurso no ambiente escolar, que é um microcosmo da sociedade, vão fornecer para a criança um repertório de experiências constituinte de suas práticas relacionais. O infante vai conviver com diferentes pessoas com as quais estabelecerá relações diversas, além de fornecer um espaço social com normas as quais a criança começa a interiorizar. A autora conclui ecoando o que diz Palacios (1995),

a escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento da identidade sexual, das condutas pró sociais e da própria identidade pessoal. (*apud* BORSA, 2007, p. 4)

As instituições de ensino, creches e escolas, serão um dos primeiros espaços onde vai haver esse processo de socialização. Segundo Borsa (2007), a escola exerce um importante papel no processo de socialização da criança. Esse espaço desempenha papel fundamental na promoção de conhecimento social, no desenvolvimento de capacidades cognitivas e contribui para que a criança compreenda o mundo social e suas particularidades.

A autora continua dizendo que é na escola que é construída parte da identidade de ser e pertencer ao mundo. Nela são adquiridos os modelos de aprendizagem, a aquisição dos

princípios éticos e morais nos quais são regidos a sociedade; na escola são depositadas as expectativas, dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao mundo e às suas próprias potencialidades. Bilória e Metzner (2013) vão dizer que ao entrar na escola, a criança amplia sua vida afetiva e estabelece novas relações, com outras crianças e com os colaboradores da instituição, portanto esses espaços de ensino devem criar ambientes saudáveis para as relações sociais e para o processo de ensino- aprendizagem

Esse espaço deve atender as necessidades da criança assim como suas individualidades, seu contexto social e cultural, e lhe envolver em novas experiências e oportunidades afim de garantir um desenvolvimento satisfatório, além de estimulá-la a vivenciar essas experiências nesse espaço de formação. No RCNEI (1998) está escrito que considerar que as crianças são diferentes entre si propicia uma educação que oferece condições de aprendizagem que respeite as necessidades e ritmos individuais. Individualizar a educação infantil não é estigmatizar as crianças pelo que as diferem, mas levar em conta suas singularidades afim de haver um enriquecimento pessoal e cultural.

Para que isso ocorra é necessário um espaço que possibilite que a criança desenvolva todas as áreas de conhecimento e de profissionais capacitados que lhe ofereça desafios afim de contribuir nesse desenvolvimento. Segundo Pinto (2016), pequenas atitudes, gestos, palavras ambientes devem ser pensados e planejados para auxiliar a criança na progressão de seu desenvolvimento, algumas situações são essenciais para que isso ocorra como o manuseio de diferentes objetos, com diferentes cores, formatos e tamanhos, diferentes ambientes que permita a criança exploração de outros espaços bem como segurança, ludicidade e novos desafios.

O professor é o principal mediador entre a criança e essas formas de conhecimento. No RCNEI (1998), é papel do professor organizar situações de aprendizagem orientadas para que a criança trabalhe com diversos campos de conhecimento em um ambiente acolhedor. Essa aprendizagem não deve estar baseada somente nas propostas dos professores, mas também nas necessidades das crianças.

Ainda de acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) a interação social em situações diversas é uma das principais estratégias no processo de aprendizagem, isso pode ocorrer através de conversas, brincadeiras e atividades orientadas que possibilitem a troca entre as crianças, essa é uma forma da criança se comunicar, se expressar e demonstrar suas formas de agir.

Nesse ambiente de aprendizagem o professor é o principal mediador entre a criança e o conhecimento. Para tanto, é preciso um olhar mais atento a essas instituições, com

políticas públicas voltadas a primeira infância bem como a preparação desses profissionais afim de fornecer um ensino de qualidade.

Assim, a formação do professor é fulcral para a oferta de um ensino de qualidade que leva em conta as especificidades de cada aluno. Inicialmente não havia uma exigência de formação para Educação Infantil. Na formação original da creche, de caráter assistencialista e sem finalidade educacional, como dito, dos profissionais que atendiam as crianças muitas vezes não se exigia escolaridade mínima.

Essa situação mudou com a LDB de 1996, que definiu que professores da Educação Infantil deveriam ser formados em nível superior. O curso de Pedagogia ficou como responsável pela formação do profissional de Educação Infantil de acordo com Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996 e as Diretrizes Curriculares para o ensino da Pedagogia. A formação voltada especificamente para essa etapa da educação garante a qualidade do ensino. Segundo um relatório elaborado pela Comunidade Europeia (2009, p.16), trazido por Campos (2018), aponta que “A melhor maneira de assegurar a qualidade educacional dos centros de acolhimento e educação das crianças pequenas consiste em garantir a todo o pessoal uma formação de alta qualidade, tanto no plano pedagógico como cultural.” (*apud* CAMPOS, 2018, p. 14)

Além da formação, o reconhecimento desse profissional também é imprescindível para a oferta de um ensino de qualidade. Segundo Campos (2018), a formação inicial e continuada é importante, mas não é o único fator determinante da qualidade do trabalho pedagógico destinado ao Ensino Infantil, este depende também de fatores como: a divisão do trabalho entre os professores; o número de crianças por professor e em cada sala; organização do tempo, da rotina e do espaço; os recursos educativos disponíveis; relação com as famílias e comunidade; etc. Muitas vezes professores trabalham sem recursos, com o mínimo de materiais, além de receberem pouco.

A formação adequada do professor e seu reconhecimento possibilita, portanto, o cumprimento do objetivo inicial da creche. EDUCAR e CUIDAR.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A creche, como instituição criada para atender crianças nos primeiros anos de vida, tem a função de educar e cuidar, contudo pudemos ver ao longo da pesquisa que esses são critérios recentes. Essas instituições, durante muito tempo, tiveram um caráter assistencialista, nas quais instituições religiosas atendiam crianças em vulnerabilidade. No contexto industrial, no qual, as mulheres saíam de casa para trabalhar e precisavam deixar os filhos sob o cuidado de outras pessoas, vemos uma luta por políticas públicas afim de obter melhores condições para as crianças.

Esse cenário só vai mudar com a promulgação da Constituição de 1988, quando a criança tem seus direitos reconhecidos e garantidos através de leis de políticas públicas que são feitas afim de garantir um início de vida mais igualitário para crianças pequenas, como o acesso a uma educação gratuita e de qualidade.

A creche, com os moldes como a conhecemos hoje, só vai surgir depois de décadas de luta. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) vem para organizar a educação no Brasil garantindo o ensino gratuito e de qualidade para crianças pequenas. Ela vai integrar a creche e a pré-escola na Educação Infantil, dividindo essa etapa em duas modalidades de acordo com as faixas etárias. Creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos.

O presente trabalho teve como objetivo discutir o papel da creche como primeira modalidade do ensino infantil no processo de aquisição da LM no intuito de discorrer sobre como ocorre esse processo e como a interação com o outro é de suma importância nesse desenvolvimento. Para desenvolver a pesquisa foram formuladas três perguntas que foram discutidas ao longo dos capítulos.

- *O que fazem as crianças durante as horas que passam nas instituições infantis conhecidas como creches?*

A creche é um espaço onde o principal objetivo é Cuidar e Educar, indissociavelmente. A rotina de cuidados básicos, portanto, faz parte do dia-a-dia das creches.

A brincadeira também faz parte da rotina das creches. Essa estratégia de educação é um importante veículo de aprendizagem pois através dela é possível construir laços com o outro, além de possibilitar o desenvolvimento pleno da criança nos âmbitos cognitivo, criativo, social e linguístico.

Portanto, conclui-se, que há uma rotina nessas instituições, através da qual são desenvolvidos os trabalhos dos professores e colaboradores. Essa rotina tem como finalidade o desenvolvimento da criança, tanto na área física como educacional.

- *Para a aquisição da língua materna, o que é interação?*

A interação é o mecanismo pelo qual ocorre o processo de aquisição da LM, segundo a proposta interacionista. A aquisição da LM é um processo individual e segundo essa teoria, desenvolvida por Vygotsky, ocorre através da interação entre o indivíduo e o meio em que está inserido.

Vimos que a criança, desde o seu nascimento, possui meios para se comunicar, primeiramente através do choro, gestos e sons, até chegar ao estágio linguístico, no qual ele começa a falar as primeiras palavras e frases. Esse sistema de comunicação envolve aspectos biológicos, sociais, cognitivos e linguísticos. Na linha de pesquisa interacionista esse processo de desenvolvimento se baseia no contato do infante com a sociedade, e através desse contato ele se constrói como indivíduo.

- *Por que a interação comunicativa extrafamiliar é tão importante?*

Vimos que a interação extrafamiliar é importante pois através do contato da criança com pessoas além do núcleo familiar ela tem possibilidade de expandir seu conhecimento de mundo antes limitado a esfera familiar. O contato com o outro permite transformar e expandir a realidade da criança possibilitando a ela viver novas experiências, expandir seu conhecimento de mundo desenvolvendo seu próprio ponto de vista em relação as diferentes realidades sociais, além de desenvolver sua autonomia como indivíduo, respeito e empatia com o “diferente”.

Ao longo da pesquisa foi possível chegar a conclusão da importância dessas instituições no desenvolvimento da criança. Esses espaços possibilitam à criança se conhecer, conhecer o outro e a sociedade na qual está inserida. Esses espaços possibilitam que a criança veja o mundo além daquele que lhe é apresentado no âmbito familiar.

A creche, como espaço de convivência e conhecimento, permite o desenvolvimento pleno da criança. Forma seu “EU” social, através da interação com o outro expande seu universo, conhece outras realidades e culturas, desenvolve seu respeito e empatia; desenvolve sua criatividade, através dos brinquedos e brincadeiras ele tem a possibilidade de criar; desenvolve o cognitivo, através dos processos de simbolização e representação que levam ao pensamento abstrato; e o desenvolvimento linguístico, pois a creche é um espaço rico em

estímulos linguísticos, vistos através da interação com os colegas e professores e com os brinquedos. A criança desenvolve de forma natural a LM.

Foi possível ver também a importância da formação do professor nessa jornada de desenvolvimento e aquisição da LM. Um professor qualificado e com recursos que atendam as necessidades, tem a possibilidade de desenvolver um trabalho bem feito que atenda os alunos em suas singularidades.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria C. S. A. **Rotina nas Pedagogias da Educação Infantil: dos binarismos à complexidade**, Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, p. 56-69, Jan/Jun2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/barbosa.pdf>. Acesso em 05/06/2022
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. **Creche: uma estranha no ninho educacional**. Dialogia. São Paulo, SP. N. 17,(jan./jun. 2013), p. 75-92, 2013.
- BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. **A importância da rotina na Educação Infantil**. Revista Fafibe On-line, São Paulo, n. 6, p. 1-17, 2013.
- BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio Grande do Sul, 2007.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação?** São Paulo: Brasiliense, 1982
- BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1993a.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 de maio de 2022
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base – MEC**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 12.796, de 2013**. Altera a redação do Art. 29 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm> . Acesso em: 07 maio. 2022
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998d. 3 v
- CAMPOS, Maria Malta. **Questões sobre a formação de professores de educação infantil**. Laplage em revista, v. 4, n. 1, p. 9-22, 2018.
- CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 7, n. 1, p. 92-104, 2007.

DE OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória**. Revista da Faculdade de Educação, v. 14, n. 1, p. 43-52, 1988.

DE SENA, Fabia Sousa et al. **A aquisição da linguagem através da brincadeira: uma reflexão sobre os campos de experiências da BNCC**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 6, p. 41703-41715, 2020.

DEL RÉ, Alessandra. (Org.). **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. São Paulo: Contexto, 2006

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. **Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa do ensino de línguas**. Goiânia: Editora UFG, 2004

FRIEDMANN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4ª ed. São Paulo: Abrinq, 1996.

LORO, Aline Rafaela. **A importância do brincar na educação infantil**. 2015.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil. Primeira etapa da educação básica** Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista Histedbr on-line, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

PERINI-SANTOS, Pedro. **Leitura e interpretação do mundo: aprendizado e domínio da língua**. UAI. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2018/02/16/noticia-e-mais,221911/leitura-e-interpretacao-do-mundo-aprendizado-e-dominio-da-lingua.shtml>. Acesso em: 01/07/2022

PERINI-SANTOS, P.; FERREIRA-SANTOS, L.; LEAL, J.; BODOLAY, A. **Pesquisa longitudinal: a evolução do uso lexical de uma criança dos 5 aos 22 meses de vida em um diário parental / Longitudinal Research: lexical use evolution of a child from 5 to 22 months of age**. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 27, n. 1, 2019.

PINTO, Marcela Lais Allgayer. **Compreendendo as linguagens dos bebês**. FACCAT. (2016) Disponível em: < <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/COMPREENDENDO%20AS%20LINGUAGENS%20DOS%20BEBES.pdf>>. Acesso em: 02/06/2022

PINTO, Raquel Gomes; BRANCO, Angela Uchoa. **Práticas de socialização e desenvolvimento na educação infantil: contribuições da psicologia sociocultural**. *Temas em Psicologia*, v. 17, n. 2, p. 511-525, 2009.

RABELLO, Elaine T.; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Portal Brasileiro de Análise Transacional, p. 1-10, 2010.

SANTOS, Santa Marli Pires; CRUZ, Dulce Regina Mesquita. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, Raquel. **A aquisição da linguagem**. FIORIN, JL Introdução à lingüística, v. 2, 2002.

SOARES, Maria Vilani. **Aquisição da linguagem segundo a Psicologia Interacionista: três abordagens**. Revista Gatilho, v. 4, 2006.

SPINASSÉ, Karen Pupp. **Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil**. Contingentia, v. 1, n. 1, 2006.

SZYMANSKI, Heloisa. **Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 21, p. 5-16, 2004.

TEIXEIRA, Cristina Ribas; DICKEL, Adriana. **A aquisição da linguagem por meio das interações promovidas pelo cuidador em classe de berçário**. Revista Psicopedagogia, v. 30, n. 91, p. 52-63, 2013.

TRISTÃO, Fernanda C. D. **Ser professora de bebês: uma profissão marcada pela sutileza**. Reflexão e ação Vol.13, 2005

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial do presente trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Jessica Pereira de Matos Melo

matos.jessica@ufvjm.edu.br

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades- FIH
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM